

# TRABALHO DOMÉSTICO NÃO REMUNERADO E HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: INQUIETAÇÕES SOBRE AUSÊNCIAS E INVISIBILIDADES

## UNPAID DOMESTIC WORK AND BRAZILIAN HISTORIOGRAPHY: CONCERNS ABOUT ABSENCES AND NEGLIGENCE

**Soraia Carolina de Mello<sup>1</sup>**

Endereço Profissional: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/nº  
Trindade,  
Cep. 88.040-900  
Florianópolis - SC, Brasil  
Email: [soraia.carolina@ufsc.br](mailto:soraia.carolina@ufsc.br)

**Glaucia Cristina Candian Fraccaro<sup>2</sup>**

Endereço Profissional: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, s/nº  
Trindade,  
Cep. 88.040-900  
Florianópolis - SC, Brasil  
Email: [glaucia.fraccaro@ufsc.br](mailto:glaucia.fraccaro@ufsc.br)

**Resumo:** Esse artigo analisa pesquisas recentes sobre trabalho doméstico não remunerado, no campo da História, apresentadas em congressos científicos. A análise se moveu pela percepção de que os trabalhos que abordam o tema são raros na produção historiográfica. Assim, se questionam as razões pelas quais a historiografia, com amplo campo de produção teórica sobre o tempo, e empírica sobre o trabalho e o cotidiano têm, apesar disso, encoberto o tempo e o trabalho não remunerado das mulheres. As disputas que

**Abstract:** This paper analyses recent historical research on unpaid domestic work presented at conferences. To date, the studies which have focused on the topic are still rare. Therefore, we question the reasons why the historiography, despite the great number of theoretic analyses on temporality, and empiric research about labor and everyday life, has dismissed the time and unpaid work done by women. We also examine disputes which have established

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutora em História (UFSC). Defendeu em 2010 a dissertação *Feminismos de Segunda Onda no Cone Sul problematizando o trabalho doméstico (1970-1989)*, e defendeu em 2016 a tese *Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista Claudia e o trabalho doméstico (1970-1989)*. Em ambas as pesquisas, financiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a questão do trabalho doméstico não remunerado foi central. Acesso a outras produções da autora sobre a temática em <http://lattes.cnpq.br/7470003514048395>.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Defendeu em 2016 a tese de doutorado *Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)*, na Universidade Estadual de Campinas, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Esta pesquisa abordou a luta por direitos de trabalhadoras nas primeiras décadas da República, considerando o trabalho doméstico não remunerado na experiência das mulheres. Acesso a outras produções da autora em: <http://lattes.cnpq.br/4299697318975009>.

afastaram o trabalho doméstico das noções de trabalho e valor guiarão o debate.

**Palavras-chave:** Trabalho doméstico; Historiografia brasileira; Valor.

housework and its value as a non-eligible traditional work.

**Keyword:** Domestic Work; Brazilian Historiography; Value.

Este artigo<sup>3</sup> é construído como desdobramento de pesquisas anteriores, desenvolvidas no interior da área da História no Brasil, com enfoque no trabalho das mulheres, e especialmente no trabalho doméstico não remunerado realizado por elas. A percepção de determinadas ausências, e até uma solidão ou isolamento dentro da disciplina, ao abordar esta temática, nos levou a algumas inquietações. Os eventos científicos foram escolhidos para a análise considerando sua importância na divulgação de novas pesquisas, e seu crescimento exponencial no país nas últimas décadas.<sup>4</sup> As inquietações aqui apresentadas certamente não encerram nem o debate, nem o levantamento de dados a respeito da produção historiográfica sobre trabalho doméstico não remunerado no país, mas pretendem abordar questões prementes, principalmente se considerarmos que se referem a atividades profundamente *gendradas* ou *generificadas* e historicamente invisibilizadas pelas sociedades que foram atravessadas pelos fenômenos da modernidade e da colonialidade, como é o caso da sociedade brasileira.

Não estamos pensando, aqui, o Brasil como um todo homogêneo, e muito menos o desempenho das atividades domésticas não remuneradas das mulheres como um bloco uno, mas estamos sim considerando os discursos hegemônicos que circulam sobre esta questão, e os indicadores sociais que mostram como é um tema profundamente marcado por desigualdades de gênero. Em 2018, o país contou dois milhões de lares monoparentais. Noventa por cento destes domicílios eram chefiados apenas por mulheres (PNAD, 2018).<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Reflexões iniciais presentes neste artigo foram apresentadas e publicadas nos anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13º Mundos de Mulheres, em 2017. MELLO, Soraia Carolina de. Trabalho doméstico: uma história invisível no Brasil? *Anais do 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11*, 2017, Florianópolis.

<sup>4</sup> Este aumento pode ser relacionado com a ampliação do ensino superior e dos programas de pós-graduação no Brasil nas últimas décadas.

<sup>5</sup> PNAD 2018. Pesquisa Nacional de Análises de Domicílios realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Nessa citação, nossa referência é a PNAD anual. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e> Acesso em 28/06/2021.

Longe de significar um aumento do protagonismo, esta proporção representa, na vida das mulheres, uma imensa carga de trabalho e cuidados, raramente considerado nas análises políticas. Em 2019, as mulheres dedicaram 21,4 horas semanais a afazeres domésticos e de cuidados, medidas pela PNAD (Pesquisa Nacional de Análises de Domicílios) contínua.<sup>6</sup> Em contrapartida, os homens afirmaram despender 11 horas nas mesmas funções. A real natureza das tarefas domésticas, nas palavras de Angela Davis, é um dos segredos mais bem guardados das sociedades capitalistas.<sup>7</sup> Em especial, vamos nos concentrar sobre a produção historiográfica que pode ser acessada através de anais de eventos científicos, a tratar deste *segredo*.

### Onde está a história do trabalho “invisível”?

A temática do trabalho é pioneira nos estudos feministas e sobre mulheres no Brasil, foi o elemento mais destacado durante suas primeiras décadas. A primeira tese defendida na área no país, em 1967, foi *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, de Heleieth Saffioti.<sup>8</sup> Além de abordar a questão do trabalho na década de 1960, a autora (que era socióloga, e não historiadora, vale ressaltar) pesquisou e publicou sobre trabalho e mulheres ainda muitas vezes no decorrer de sua carreira, muito antes do termo gênero circular entre as pesquisadoras feministas. No transpassar das próximas décadas, um campo de estudos que hoje reconhecemos como gênero e trabalho se desenvolveu de forma intensa em universidades e outras instituições que realizam pesquisa. Trouxemos esta informação para pensarmos que gênero e trabalho, que é um eixo importante deste artigo, é um campo reconhecido e consolidado no Brasil. Em partes, como efeito dessas pesquisas, o governo brasileiro passou a coletar dados censitários com este recorte temático. O trabalho não remunerado das mulheres está em debate neste campo há alguns anos, mas não há 50 anos, como o trabalho remunerado das mulheres. Contudo, é importante frisar:

---

<sup>6</sup> Cf. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas> Acesso em 26/06/2021.

<sup>7</sup> DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

<sup>8</sup> Para mais informações sobre a autora e as reverberações de seu trabalho, tanto os textos a seguir quanto as referências por eles citadas podem ser consultados: MINELLA, Luzinete Simões. Heleieth Saffioti, uma pioneira dos estudos feministas no Brasil. *Estudos Feministas*, v. 19, n. 1, 2011; MOTTA, Daniele Cordeiro e BEZERRA, Elaine Mauricio. A força de Heleieth Saffioti 50 anos depois. *Estudos Feministas*, v. 29, n. 1, 2021; e MANO, Maíra Kubík Taveira e SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Heleieth e as diferentes gerações de feministas do NEIM/UFBA. *Estudos Feministas*, v. 29, n. 1, 2021; assim como outros artigos do dossiê Heleieth Saffioti – 50 anos d’A Mulher na Sociedade de Classes, publicado em 2021 pela *Revista Estudos Feministas*.

está. O trabalho não remunerado é discutido nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas no Brasil hoje, em 2021. Nos questionamos, neste artigo, especificamente sobre a produção da História.

A composição da história das mulheres, dentro do campo dos estudos feministas, é marcada pelo combate ao apagamento delas, de modo a considerá-las sujeitos da história. Desde o pós-guerra, a História, como disciplina, voltou suas preocupações aos subalternizados, aos grupos sujeitos a processos de exploração que eram pouco considerados na história oficial. A proliferação e o uso de diferentes tipos de fontes documentais permitiram que as mulheres, mas não só elas, passassem a ser um dos objetos privilegiados de pesquisas inéditas voltadas às maneiras como viveram no passado. Cultura material, memórias, histórias de vida, tanto quanto imprensa e processos-crime, entre fontes de outras naturezas, foram utilizadas em busca de vestígios da atuação do *segundo sexo* no passado. A *ciência das mulheres no tempo*<sup>9</sup> passou a ser considerada, não sem embates e disputas, mas de forma razoavelmente generalizada no Ocidente, como também sendo parte da ciência histórica. Entretanto, algumas temáticas permanecem negligenciadas, mesmo que possam ser consideradas como parte da experiência de número marcante das mulheres no Ocidente – uma delas é o trabalho doméstico não remunerado, aquele que se faz em casa e para a família.

Temos como nos ocupado com a temática do trabalho das mulheres, a partir de uma perspectiva feminista, durante nossas vidas profissionais, como historiadoras e como pesquisadoras. O presente artigo se constrói a partir da percepção de muitas ausências, no sentido de pensar o trabalho doméstico dentro de uma perspectiva de gênero e a partir da História como disciplina. O fato é que não existem muitos registros e não encontramos extensos esforços historiográficos acerca do trabalho doméstico, especialmente o gratuito, aquele não remunerado, que associamos à figura da *dona de casa*, no decorrer da história do Brasil. A tradição da *história vista de baixo*, presente em parte dos programas de pós-graduação em história nas universidades brasileiras, fomentou pesquisas sobre o trabalho doméstico escravo, servil e assalariado, mas temos dificuldade de encontrar pesquisas sobre as atividades não remuneradas que as mulheres prestaram, no decorrer da história, às suas famílias e à sociedade. Isto ocorreu a despeito de publicações e debates

---

<sup>9</sup> Em referência à exaustivamente citada definição de história de Marc Bloch como a *ciência dos homens no tempo*. BLOCH, Marc. *Apologia da história*, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

desenvolvidos por feministas materialistas, como Christine Delphy<sup>10</sup> que em 1978 reafirmou o papel servil das mulheres dentro das famílias e a discrepância entre a classe social das esposas e aquela de seus maridos, ou como a brasileira Danda Prado,<sup>11</sup> nome de destaque da história do feminismo no país, que chegou a conclusões semelhantes em trabalho publicado por aqui em 1979. As pesquisas brasileiras sobre trabalho doméstico não remunerado têm origem, na sua maior parte, nas áreas das Ciências Sociais, da Economia e do Serviço Social, e em menor escala da Psicologia.

O trabalho doméstico não é, por certo, a única temática ligada à categoria gênero que é negligenciada pela História enquanto é bem explorada por outras ciências humanas e sociais. A temática das sexualidades, tão presente nas investigações que levam em conta mulheres, gênero e feminismos, parece ainda incipiente para a História. Exemplo disso pode ser encontrado na pesquisa de Elias Ferreira Veras, publicada no ano de 2017 no livro *Travestis: carne, tinta e papel*.<sup>12</sup> Por mais que o autor tenha estabelecido, no decorrer do seu doutorado, diálogos com diferentes disciplinas cujas pesquisas focavam no sujeito travesti, ele não encontrou muitas/es/os interlocutoras/es neste sentido na História. O ineditismo da sua tese no Brasil nos lembra do incômodo conservadorismo da historiografia no que se refere a determinadas temáticas, apesar da verdadeira revolução documental e também temática que ocorre na História como disciplina na segunda metade do século XX, e da qual o país não escapa.

Contudo, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres é uma temática mais corriqueira que as sexualidades não hegemônicas, tão corriqueira que quase é tratada como natural. Não falar dela é justamente a condição para sua apreciação, uma evidência da sua eficácia como algo dado, naturalizado.<sup>13</sup> Este aspecto traz um diferente incômodo referente ao conservadorismo da disciplina, relacionado aos motivos que fizeram com que o trabalho doméstico fosse negligenciado ou pouco anunciado como temática, ou ainda, como objeto principal<sup>14</sup> das pesquisas em História, apesar do *boom* de produção sobre a história do cotidiano, dos grupos subalternizados, das mulheres e do trabalho. E sobre este

---

<sup>10</sup> DELPHY, Christine. O inimigo principal. In: *Liberção da mulher: ano zero*. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

<sup>11</sup> PRADO, Danda. *Ser esposa – a mais antiga profissão*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

<sup>12</sup> VERAS, Elias Ferreira. *Travestis: carne, tinta e papel*. Curitiba: Prismas, 2017.

<sup>13</sup> MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: UNICAMP, 2010.

<sup>14</sup> Este *principal* é importante porque o trabalho doméstico não remunerado perpassa muitas pesquisas sobre a história das mulheres, inclusive aquelas voltadas ao trabalho produtivo. O termo não aparece, entretanto, como questão principal destas pesquisas no Brasil.

último ponto podemos, ainda, nos perguntar: quem considera o trabalho doméstico como sendo trabalho?

Toda a história da vida privada, do cotidiano, e aquela que busca o ponto de vista das/es/os subalternizadas/es/os, enfrenta dificuldades específicas no que se refere às fontes. No entanto, o esforço do movimento feminista em desprivatizar as relações sociais travadas dentro de casa, desde os anos 1960, em nome do mote *o pessoal é político*,<sup>15</sup> proporcionou novas abordagens investigativas. Apesar disso, e até mesmo ironicamente, o efeito deste debate pode ter sido o de manter a separação analítica entre casa e trabalho, desvalorizando o que era feito no ambiente doméstico em favor daquelas atividades desempenhadas fora do lar<sup>16</sup>.

De toda forma, é certo que há muitas fontes disponíveis, em trabalhos de outras áreas que não a História, realizados no passado, com depoimentos de donas de casa em pesquisas qualitativas (da Sociologia, Economia, Serviço Social ou Psicologia) e, também, fontes mais conhecidas, como as da imprensa, que nos possibilitam construir estas histórias. A tarefa de historicizar estes depoimentos e o debate público a respeito da questão, contudo, parece bastante solitária dentro do contexto brasileiro.

### **Um breve olhar sobre eventos científicos**

De modo a mostrar como estas percepções se traduzem em números, trazemos o resultado de pesquisas simples realizadas por busca de palavras-chave e títulos nos anais de eventos científicos dos anos de 2017 a 2021. Selecionamos o recorte temporal a partir de 2017 considerando a reorganização e repopularização dos movimentos feministas no Brasil em diferentes âmbitos, mas em especial nas manifestações de massa de mulheres nas ruas. Sem negar a história do trabalho contínuo de numerosas organizações feministas no Brasil no decorrer das décadas, inclusive e com ênfase dentro do âmbito acadêmico, a chamada Primavera Feminista em 2015 provoca, sem sombra de dúvida, uma virada no que se refere

---

<sup>15</sup> HANISCH, Carol. *The personal is political*, 1969. Panfleto. Disponível em: <https://webhome.cs.uvic.ca/~mserra/AttachedFiles/PersonalPolitical.pdf> Acesso em 28/06/2021.

<sup>16</sup> BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho. *Tempo Social*, 26(1), 2014. Ver também: BORIS, Eileen e PARREÑAS, Rachel. *Intimate labors – Culture, technologies and the politics of care*. Stanford University Press, 2010.

à popularização dos feminismos na contemporaneidade, com grande atenção midiática e mobilização através das redes sociais.<sup>17</sup>

Ainda vivemos estas transformações hoje, que nos acompanharam durante o Golpe de 2016 que abriu caminho para a ascensão do atual Governo Federal, abertamente antifeminista. Ascensão esta, vale citar, que não se deu sem resistências por parte da nova geração de feministas, que vêm ocupando as ruas e diferentes espaços com suas reivindicações. Neste cenário, a temática do trabalho doméstico não remunerado foi retomada com força na militância feminista, e muitas autoras que trouxeram estas discussões nas décadas de 1970 e 1980, por exemplo, estão sendo inclusive (re)publicadas no Brasil.<sup>18</sup> Será que as pesquisas em História estão acompanhando este movimento?

O primeiro evento científico que perscrutamos foi o *XXIX Simpósio Nacional de História*, organizado pela Associação Nacional de História (ANPUH), que aconteceu em julho de 2017 em Brasília.<sup>19</sup> Buscou-se pelas palavras *trabalho doméstico*, *cuidado* e *care*, uma de cada vez, nos títulos dos 120 simpósios temáticos que ocorreram. Não obtivemos resultado nenhum. Então, abrimos as páginas, simpósio por simpósio, buscando estas mesmas palavras nos títulos dos trabalhos submetidos. Encontrou-se o seguinte: nos simpósios 87 e 108 havia trabalhos abordando trabalho doméstico, mas não aquele que as mulheres prestam para suas famílias, e sim o remunerado. O simpósio 120, voltado ao trabalho das mulheres, trazia em sua proposta a possibilidade de se abordar o trabalho doméstico não remunerado. O único trabalho que continha “trabalho não remunerado” no título tratava-se de uma pesquisa sobre locação de serviços domésticos em Porto Alegre e Rio Grande, cidades que regulamentavam diretamente este tipo de serviço entre 1888 e 1894. Esta pesquisa apontava para uma questão pertinente e que tende a ser mais explorada pela historiografia: relações de dependência e afeto poderiam encobrir a utilização de serviços domésticos, no final do século XIX.<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> WOLFF, Cristina Scheibe. Revista Estudos Feministas: uma trajetória de desafios. *Storia delle Donne*, v. 15, nº 15, pp. 37-57, 2019.

<sup>18</sup> As autoras publicadas recentemente em função do debate feminista no Brasil são variadas. Destacamos aqui a publicação de textos de Silvia Federici pela Editora Elefante. Ver: FEDERICI, Silvia. *O Calibã e a bruxa* – mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017 e FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução* – trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019. Este último título é uma coletânea de textos da autora que foram escritos entre 1975 e 2019. Citamos também reedições de Betty Friedan, Simone de Beauvoir, primeiras edições de Angela Davis e Patricia Hill Collins. Percebemos, ainda, um esforço em revistas acadêmicas de (re)publicar traduções de artigos de feministas do período, como de Juliet Mitchell e de Christine Delphy.

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://www.snh2017.anpuh.org/simposio/public>> Acesso em 24/06/2017.

<sup>20</sup> Henrique Espada Lima Filho tem desenvolvido pesquisas que exploram a ambiguidade existente entre dependência, trabalho compulsório e livre em relação ao trabalho doméstico. Cf. LIMA, Henrique Espada. “Until the day of his death”:

Há mais dois trabalhos que abordam o trabalho das empregadas domésticas neste mesmo simpósio 120, e foi somente o que encontramos.

Entendemos que títulos podem ser muito limitados, e a ANPUH também é uma amostragem limitada na medida em que nem todas as pesquisas em andamento estão inscritas no congresso. Contudo, títulos também mostram as características centrais do conteúdo das pesquisas e anunciam o destaque para os interesses que apontam, e neste sentido avaliamos esta busca por títulos suficientemente ilustrativa daquilo o que acontece com a temática do trabalho doméstico e de cuidado na história, e que pudemos perceber através de diferentes indícios nestes anos de pesquisa sobre o trabalho das mulheres. Os conceitos de cuidado ou *care*, inclusive, pareciam ser invisíveis para a historiografia brasileira até 2017. O único *cuidado* encontrado nas buscas por títulos no site do *XXIX Simpósio Nacional de História* se refere a uma proposta de trabalho que aborda o *cuidado de si*, sem nenhuma relação com a noção de *care*.

Seguindo a mesma metodologia, foram consultados os 162 simpósios temáticos do *30º Simpósio Nacional de História*, realizado em 2019 em Recife.<sup>21</sup> Não houve nenhum resultado para a busca das palavras, uma por vez, *trabalho doméstico*, ou *cuidado* ou *care*. A ausência de retornos para a busca destes termos se repete nos anais do Simpósio Nacional da ANPUH em 2019. Ou seja, nenhum título de trabalho publicado nos anais naquele ano com enfoque no trabalho doméstico não remunerado.

O *31º Simpósio Nacional de História* ocorreu de forma virtual, sediado no Rio de Janeiro, em julho de 2021.<sup>22</sup> Não dispomos, no período da escrita do artigo, dos anais eletrônicos para consulta. Contudo, consultando os 149 simpósios temáticos, não tivemos retorno de busca das palavras-chave em nenhum deles, e abrindo cada simpósio em busca dos trabalhos, obtivemos quatro retornos, mas nenhum dos resumos abordava o trabalho doméstico não remunerado que as mulheres prestam a suas famílias. Temos, diante de nós, dados sobre uma ausência sistemática da temática *trabalho doméstico não remunerado* nos últimos três simpósios nacionais da organização profissional de historiadorxs no país.

---

aging, slavery, and dependency in nineteenth-century Brazil. *Radical History*, n. 139, 2021, p. 52-74 e LIMA, Henrique Espada e POPINIGIS, Fabiane. Maids, clerks, and the shifting landscape of labor relations in Rio de Janeiro, 1830s-1870s. *International Review of Social History*, v. 62, p. 1-29, 2018.

<sup>21</sup> <https://www.snh2019.anpuh.org/simposio/public> Acesso em 27/06/2021.

<sup>22</sup> <https://www.snh2021.anpuh.org/simposio/public> Acesso em 27/06/2021.



Realizamos este breve levantamento, também, nos anais do *13º Mundos de Mulheres e Seminário Internacional Fazendo Gênero 11* realizado em 2017, e nos simpósios temáticos do *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12*, que ocorrerá em julho deste ano de 2021 em Florianópolis. Neste caso, buscamos os currículos das autoras e os resumos dos retornos da busca para averiguar se os trabalhos sobre a temática eram da área da História. Os resultados foram um pouco melhores, mas muito pouco melhores.

Em 2017, do total de 160 simpósios temáticos<sup>23</sup> no Fazendo Gênero 11, 6 deles eram sobre trabalho doméstico e principalmente cuidado, sendo que um destes foi coordenado por duas historiadoras, mas apenas uma delas é brasileira (e provavelmente não por acaso, coautora deste artigo). Apesar de sua interdisciplinaridade, pela característica e formação das coordenadoras, vamos considerar este simpósio como sendo da área da História. Nenhum dos simpósios era, em seus resumos, focado na História como campo de conhecimento, mas esta é uma característica comum do Fazendo Gênero, um evento bastante interdisciplinar. Nos anais do evento<sup>24</sup> foram encontrados um total de 15 trabalhos sobre trabalho doméstico não remunerado, apenas um da área da História, também de autoria de uma das coautoras do presente artigo, que era uma das coordenadoras do simpósio citado.

**Tabela 1**

<b>Breve levantamento quantitativo de trabalhos da área da História abordando “trabalho doméstico” como tema central em eventos científicos entre 2017 e 2021</b> (palavras-chave para busca: trabalho doméstico; cuidado; care)				
ANPUH 2017	FAZENDO GÊNERO 2017	ANPUH 2019	ANPUH 2021	FAZENDO GÊNERO 2021
nenhum	1	nenhum	Nenhum	2

Fonte: As autoras, 2021.

**Tabela 2**

<b>Breve levantamento quantitativo de simpósios da área da História abordando “trabalho doméstico” como tema central em eventos científicos entre 2017 e 2021</b>

<sup>23</sup> <http://www.fazendogenero.ufsc.br/wwc2017/> Acesso em 27/06/2021.

<sup>24</sup> <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares> Acesso em 26/06/2021.

(palavras-chave para busca: trabalho doméstico; cuidado; care)					
	ANPUH 2017	FAZENDO GÊNERO 2017	ANPUH 2019	ANPUH 2021	FAZENDO GÊNERO 2021
Retorno à busca	nenhum	1	nenhum	nenhum	nenhum
Total de simpósios do evento	120	160	162	149	192

Fonte: As autoras, 2021.

Assim como realizamos a busca no *website* do evento da ANPUH de 2021, também fizemos no *website* do Fazendo Gênero de 2021, apenas nos simpósios temáticos, pois ainda não foram publicados os anais eletrônicos.<sup>25</sup> O resultado foi um pouco melhor no geral, mas não parece nada animador para a História como disciplina. Em um total de 192, tivemos o retorno de 6 simpósios para as buscas sobre a temática em enfoque, nenhum deles na área da História e, nestes simpósios, um total de 23 trabalhos, dos quais apenas dois são da área da História. Um deles proposto por uma coautora deste artigo, e outro em coautoria com um historiador. A maior parte dos trabalhos sobre trabalho doméstico não remunerado no evento são da área do Serviço Social, Sociologia e Psicologia.

### **A circulação de teoria sobre a temática fora do campo da História**

A publicação no Brasil, em junho de 2016, da obra *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*,<sup>26</sup> organizada por Alice Rangel de Paiva Abreu, Helena Hirata e Maria Rosa Lombardi deve ser considerada no panorama que aqui propomos.<sup>27</sup> A coletânea de artigos foi resultado do Seminário Internacional *Trabalho, cuidado e políticas sociais: Brasil-França em debate*, realizado em São Paulo e Rio de

<sup>25</sup> <http://fazendogenero.ufsc.br/12/> Acesso em 27/06/2021.

<sup>26</sup> Indicamos esta obra devido ao debate que ela estabelece com a Teoria da História, área tradicionalmente resistente às propostas dos estudos de gênero. Obras muito importantes precisam, porém, também ser citadas, como FONTOURA, Natália & ARAÚJO, Clara (Orgs.). *Uso do tempo e gênero*. Rio de Janeiro, UERJ, 2016; e MELO, Hildete Pereira de, MORAES, Lorena de Lima (Orgs.). *A arte de tecer o tempo – perspectivas feministas*. Campinas, Pontes Editora, 2020. Citamos ainda revistas como *Economia e Sociedade*, da UNICAMP; *Economia Contemporânea*, do Instituto de Economia da UFRJ; e *Econômica*, da Pós-Graduação de Economia da UFF. Contudo, apesar das importantes contribuições, fogem da área da História, foco de debate do nosso artigo.

<sup>27</sup> ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Janeiro em agosto de 2014.<sup>28</sup> A pertinência da obra não está no fato de termos historiadoras escrevendo nela sobre o trabalho não remunerado das mulheres, já que nenhuma das trinta e quatro autoras são historiadoras.<sup>29</sup> De fato, mais de 60% da autoria é da área da Sociologia, seguida pela Economia que representa pouco mais de 14%, e o título também conta com a participação de antropólogas e demógrafas. Entretanto, alguns destes textos utilizam a História para desenvolver seus argumentos de modo não usual, ao menos não no Brasil, o que acreditamos trazer contribuições importantes e novos pontos de vista para a disciplina.

Destacamos, neste sentido, dois dos textos da coletânea, ambos franceses. O primeiro deles, do sociólogo Marc Bessin, *Política da presença – as questões temporais e sexuadas do cuidado*,<sup>30</sup> trabalha com debates teóricos a respeito do tempo levantados por historiadores como Reinhart Koselleck<sup>31</sup> e François Hartog,<sup>32</sup> para diferenciar a experiência temporal culturalmente atribuída a homens e mulheres. Refletindo sobre as formas como as temporalidades estão na base do gênero, o autor argumenta como o *chronos* (o tempo masculino, cronológico, contábil) “não é capaz de apreender completamente a experiência ordinária das mulheres e, mais amplamente, a dos subalternos” (Bessin, 2016, p. 236).<sup>33</sup>

Deste modo, o autor defende que as políticas públicas e os indicadores precisam aprender a pensar o tempo para além do *chronos*, em sentido mais aproximado ao *kairós*,<sup>34</sup> que representaria melhor o tempo do momento, não sequencial, mas de sobreposições, o tempo da disponibilidade permanente. A presença, a antecipação do tempo *feminino*, seria o tempo *kairológico* da continuidade, da sincronização cotidiana com o tempo dos outros, da atenção a longo prazo, enfim, o tempo do cuidado. Ferramentas de medição criadas em momentos de expansão econômica constante não

---

<sup>28</sup> A programação do evento está disponível em:

<<http://www.fcc.org.br/pesquisa/resource/trabalhoecuidado2014/programa>> Acesso em 24/06/2017.

<sup>29</sup> Usamos aqui o universal feminino por questões políticas, mesmo que a coletânea tenha alguns autores homens.

<sup>30</sup> BESSIN, Marc. Política da presença: as questões temporais e sexuadas do cuidado. In: ABREU, Alice Rangel Paiva [et al.] (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 235-245.

<sup>31</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006.

<sup>32</sup> HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

<sup>33</sup> BESSIN, Marc. Política da presença. Op. cit., p. 236.

<sup>34</sup> Na estrutura linguística, simbólica e temporal moderna, geralmente emprega-se uma só palavra para significar a noção de *tempo*. Os gregos antigos tinham duas palavras para o tempo: *chronos* e *kairós*. Enquanto a primeira refere-se ao tempo cronológico ou sequencial (o tempo que se mede, de natureza quantitativa), *kairós* possui natureza qualitativa, o momento indeterminado no tempo em que algo especial acontece: a experiência do momento oportuno.

respondem necessariamente às necessidades contemporâneas. Se as pesquisas de uso do tempo não se preocuparem em questionar o tempo cronológico como o único modelo, seu acesso às atividades das mulheres que sustentam as relações sociais se manterá demasiadamente incompleto. Existe um grande campo de estudos sobre teoria da história que reflete sobre o tempo no Brasil, mas o tempo das mulheres não parece ter despertado seu interesse.

A coletânea de 2016 ainda contribuiu para a perspectiva histórica de como “medir as desigualdades”. Margaret Maruani e Monique Meron, na mesma obra, ao se debruçarem sobre as formas pelas quais as mulheres foram “recenseadas, omitidas ou recalculadas”, chamaram a atenção para o fato de que a classificação delas nos censos ou pesquisas demográficas depende da interpretação do papel econômico que se desempenha numa sociedade.<sup>35</sup> As autoras retomam um debate já conhecido internacionalmente, mas pouco suscitado nas análises demográficas no Brasil.

Paul Singer e Felícia Madeira, no entanto, em 1973, já atestaram a inconsistência das formas de contar o trabalho das mulheres no campo.<sup>36</sup> Eles consideraram que, o trabalho desempenhado por mulheres na agricultura é combinado com outras tarefas domésticas, tornando seu aproveitamento maior nas pequenas propriedades. A proporção entre homens e mulheres rurais foi regularmente subestimada em censos produzidos antes de 1960. A pergunta realizada pelas enquetes ignorava a produção exercida por boa parte delas, a exemplo do trabalho realizado em pequenas hortas e na criação de animais de menor porte. Na medida em que se registrava apenas se elas exerciam ou não atividade remunerada, deixava-se de lado uma fração do trabalho realizado e que fazia parte do sustento da família.

Neuma Aguiar, em obra publicada em 1984, também levanta de forma muito pertinente a invisibilidade do trabalho das mulheres rurais nos indicadores e censos.<sup>37</sup> A autora comenta como, na ocasião das entrevistas, geralmente quem respondia as perguntas era o proprietário rural, via de regra, o *homem da casa*. As mulheres nem mesmo participavam das entrevistas, o que contribuiu muito para a invisibilização das

---

<sup>35</sup> MAURANI, Margaret e MERON, Monique. Como contar o trabalho das mulheres? França, 1901-2011. In: ABREU, Alice Rangel Paiva [et al.] (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 59-70.

<sup>36</sup> MADEIRA, Felícia e SINGER, Paul. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, 13, 1973.

<sup>37</sup> AGUIAR, Neuma (org). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

atividades por elas desempenhadas. A atividade de mulheres rurais, tanto na reprodução da vida quanto na produção de gêneros para serem vendidos, é ainda mais difícil de ser medida, e o alerta analítico produzido por Maurani e Meron nos permite perceber que reconhecer tais atividades depende de como elas são vistas em diferentes momentos históricos, em diferentes sociedades.

Quem tem pensado sobre o tempo das mulheres brasileiras são as teóricas dos estudos de cuidado.<sup>38</sup> São estudos que se ampliaram no Brasil na última década,<sup>39</sup> e que questionam os marcadores estatísticos de uso do tempo e o conceito de trabalho, buscando desassociar, em determinada vertente, a ideia de trabalho como a única atividade válida, útil para a sociedade. Quer dizer, determinados estudos do *care*, amparados por demandas dos movimentos feministas, questionam se o tempo prestado pelas mulheres a atividades de atenção social deve ser chamado de trabalho. Não questionam seu valor ou importância, sua utilidade social, mas sim a necessidade de chamarmos de trabalho tudo aquilo que toma tempo, exige esforço e é importante ou indispensável para a sociedade. Quando olhamos para as críticas interseccionais de feministas inseridas na ampla gama teórica que podemos identificar como os movimentos pós-coloniais, decoloniais ou anticoloniais, a questão do valor e a noção de trabalho capitalista moderna são ainda mais profundamente questionadas.

Apesar disso, em certo contrafluxo a esta tendência, a economista Florence Jany-Catrice, autora do segundo texto da coletânea de 2016 que consideramos pertinente comentar neste artigo, propõe antes redefinir o conceito moderno e liberal<sup>40</sup> de trabalho do que abandoná-lo totalmente. No capítulo *Economia do cuidado em sociedades do bem viver – revisitar nossos modelos*, ela coloca em xeque a visão hegemônica de valor que privilegia o valor econômico das atividades produtivas.<sup>41</sup> Uma proposta interessante que é acompanhada por outras teóricas, mas que nos chamou a atenção porque é realizada

---

<sup>38</sup> Além de Helena Hirata e Hildete Pereira de Melo, podemos citar, entre outras, Bila Sorj e a Organização Não Governamental (ONG) Sempreviva Organização Feminista (SOF), que têm publicado e organizado coletâneas, dossiês e eventos sobre a temática. Para acesso *online* facilitado, por exemplo, pode-se consultar o *Dossiê Trabalho e gênero: controvérsias*, da *Revista Tempo Social* v. 26 n. 1 (2014) disponível em <<http://www.revistas.usp.br/ts/issue/view/6498>> Acesso em 26/06/2017.

<sup>39</sup> E continua aumentando, como podemos perceber pelo aumento de trabalhos sobre o tema no Seminário Internacional Fazendo Gênero de 2021.

<sup>40</sup> Importante notar que o marxismo, fenômeno da modernidade, também se utiliza deste conceito moderno de trabalho produtivo.

<sup>41</sup> JANY-CATRICE, Florence. *Economia do cuidado e sociedades do bem viver: revisitar nossos modelos*. In: ABREU, Alice Rangel Paiva [et al.] (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 267-275.

através de um exercício que busca historicizar o PIB (Produto Interno Bruto) e aquilo que na França chamam de contas nacionais. Parece evidente que é necessário historicizar as estatísticas, mas quem na historiografia feminista está pensando sobre isso, com enfoque no trabalho doméstico, no Brasil hoje?

A autora coloca o PIB e a ânsia de *crecimiento pelo crecimiento* como fruto de uma longa história que definiu o que é produtivo e o que é riqueza, como uma história de poder, uma história industrial e uma história masculina, o que nos remete à tradição das primeiras gerações da historiografia feminista de questionar a universalidade da história masculina. A seguir questiona: seria este um método eficaz de medição se for levada em conta a utilidade social das atividades? Por que nossa sociedade serve aos sistemas econômicos ao invés destes servirem à sociedade? Quando ocorreu esta inversão? O quanto o montante de riqueza pode nos falar sobre o bem-estar coletivo? Buscando laços reais entre economia e democracia, o texto nos convida a artesanalmente repensar nossos modelos de desenvolvimento e criar novos indicadores, sem esquecer de como os indicadores são políticos. Convida-nos também a fazer uma outra economia, partindo da problematização de como, historicamente, se definiu o que é riqueza, o que é produtivo e o que é valor, e como se forjou a desqualificação estrutural de atividades que são essenciais para *fazer a sociedade*.

No contexto brasileiro, e diante dos profundos questionamentos que as perspectivas anticoloniais, pós-coloniais e decoloniais têm nos apresentado também nesta última década, o debate historiográfico sobre o valor moderno parece ainda mais importante. Quer dizer, a afirmação marxista de que *tudo pertence a quem tudo produz* aborda de que modo as populações excluídas do sistema produtivo formal? Onde fica a atividade de reprodução na teoria do valor? Os povos expropriados violentamente pelos processos coloniais de seus modos de vida e de sua autodeterminação foram, em muitos aspectos, excluídos também da categoria de trabalhador ou trabalhadora. No outro lado da modernidade industrial, na teoria liberal, a exclusão destas populações à cidadania é ainda mais profunda, e a exclusão das mulheres é fundamental.

Mariana Smaldone, filósofa, publica em 2017 artigo de debate teórico intitulado *El trabajo doméstico y las mujeres. Aproximaciones desde la teoría de género, los feminismos y la decolonialidad*.<sup>42</sup> Nele, busca aproximar trabalho doméstico, a teoria do

---

<sup>42</sup> SMALDONE, Mariana. El trabajo doméstico y las mujeres. Aproximaciones desde la teoría de género, los feminismos y la decolonialidad. *Feminismos*, v. 05, nº 2/3, pp. 71-84, 2017.

valor e a perspectiva decolonial, colocando em diálogo autoras destacadas do pensamento decolonial latino-americano como Yuderkys Espinosa-Miñoso, María Lugones e Silvia Rivera-Cusicanqui, com teóricas feministas mais hegemônicas ou até canônicas, como Simone de Beauvoir e Angela Davis. Este é apenas um exemplo, mas destacado aqui como caminho possível ou desejável, porque a teoria feminista decolonial se calca na crítica interseccional, imbricada, daquilo que a colonialidade impôs e produziu em termos de subalternização das mulheres: classe, gênero, raça, heterocisnormatividade, são lidos conjuntamente como realizações da empreitada colonial, indispensáveis para o seu sucesso. O trabalho doméstico não remunerado está profundamente ligado a estas questões, e não é por acaso que pesquisadoras<sup>43</sup> buscam nas organizações comunitárias dos povos que resistem ao colonialismo soluções para os problemas de sustentabilidade da vida impostos pelo capitalismo.

A recente e tardia atenção que Lélia Gonzalez<sup>44</sup> tem recebido do mercado editorial *mainstream* no Brasil também nos ajuda a trazer estas reflexões, pois seus escritos nos permitem articular o trabalho pago das mulheres negras com o trabalho não pago, sustentáculo das sociedades industrializadas. Os dois prefácios da obra, publicada no Brasil também em 2020, *Um feminismo decolonial*, da historiadora e ativista francesa François Vergès,<sup>45</sup> relacionam muito bem esta questão: a estrutura colonial capitalista impõe uma divisão do trabalho que penaliza duramente as mulheres negras em duplas ou triplas jornadas, e alimenta a dinâmica do trabalho não pago como sustentáculo social. Enxergamos então as relações que fazem com que o trabalho não pago, quando pago, seja muito mal remunerado e desvalorizado.<sup>46</sup>

Por outro lado, podemos pensar ainda nas críticas do feminismo lésbico, em especial a noção de heterossexualidade compulsória de Adrienne Rich,<sup>47</sup> que identifica na realização do trabalho doméstico não pago das mulheres um dos efeitos mais perversos da heterossexualidade compulsória sobre elas. Este afetaria mesmo aquelas que não se identificam como heterossexuais. Ser responsável pelo trabalho doméstico (função ligada à

---

<sup>43</sup> Por exemplo, OROZCO, Amaia Pérez. *Subversión feminista de la economía*. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

<sup>44</sup> GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

<sup>45</sup> VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020. Não é por coincidência que Flávia Rios, uma das organizadoras da obra de Lélia Gonzalez (2020), também escreve a apresentação desta obra Françoise Vergès.

<sup>46</sup> MELLO, Soraia Carolina de. *Trabalho doméstico: coisa de mulher?* Debates feministas no Cone Sul (1970-1989). Rio de Janeiro: Multifoco, 2011, p. 155.

<sup>47</sup> RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, v. 4, n. 05, pp. 17-44, 2012.

noção de casamento heterossexual), realizá-lo sem remuneração e para os homens, acaba se tornando sinônimo, nas sociedades modernas industrializadas, de ser mulher. E mulher, nesta norma, só é aquela heterossexual. Estas expectativas sociais, contudo, penalizam, com trabalho não remunerado, mesmo as mulheres não heterossexuais, como filhas ou irmãs, por exemplo. Deste modo, a autora articula gênero e heteronormatividade, de modo que o trabalho doméstico não remunerado das mulheres não é apenas resultado destes sistemas, mas pode ser lido como definidor dos mesmos, essencial para que eles existam. Certamente debates contemporâneos sobre cisgeneridade oferecem um aprofundamento à visão de Rich, considerando que seu texto foi publicado originalmente em 1980.

É possível considerar novas abordagens. Uma das propostas presentes na coletânea *Gênero e trabalho no Brasil e na França* é, inclusive, implodir a definição de trabalho ao considerar aquele que é feito para a reprodução da vida.<sup>48</sup> Este ponto de vista retoma uma visão mais ampla, na medida em que considera que há outras formas de dominação<sup>49</sup> que não são exclusivas das relações provenientes da extração de mais-valia. O lar e a família também seriam espaços de exploração,<sup>50</sup> o que poderia facilitar a aproximação da temática do trabalho doméstico aos estudos historiográficos de inspiração marxista. Mas de fato, uma suposta falta de arcabouço teórico não parece ser o motivo do desinteresse da historiografia brasileira pelo estudo do trabalho não remunerado das mulheres no tempo.

### **Algumas considerações**

Seria então, o trabalho doméstico não remunerado invisível para a historiografia brasileira? Esta questão faz algum sentido? Não é possível afirmar que seja exatamente invisível, porque está presente. Certamente existem muitas fontes, e principalmente as historiadoras feministas e do campo da história das mulheres escreveram e escrevem bastante sobre a questão, em suas pesquisas sobre as mais variadas temáticas. Não ignoramos esta produção e este legado. Podemos, então, perguntar-nos se a ausência do tema como temática principal da produção destas pesquisadoras não tem relação com a

---

<sup>48</sup> KERGOAT, Danièle. O cuidado e as imbricações das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel Paiva [et al.] (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17-26.

<sup>49</sup> As relações de dominação, a partir das pesquisas em história social, são passíveis de serem transformadas pelas ações de sujeitos, mesmo que ao fim, não garantam sua completa autonomia. Ver: Silvia Hunold Lara. *Blowin' the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História, v. 12, 1995, p. 44-56.

<sup>50</sup> DELPHY, Christine; LEONARD, Diana. *Familiar exploitation: a new analysis of marriage in contemporary western societies*. Cambridge: Polity Press, 1992.



própria história da constituição da área de história das mulheres no Brasil;<sup>51</sup> seu período (de grande crescimento no interesse da história da sexualidade, e não exatamente do trabalho), e sua necessidade de se impor nas disputas dentro dos departamentos, das associações e na busca por fomento de pesquisa. Esta ausência percebida, então, ao menos dentro do campo da história das mulheres, pode ser vista como estratégica, relacionada aos temas que eram mais valorizados em determinado período, numa área do conhecimento que precisou demonstrar rigor para conseguir se estabelecer e ser respeitada por seus pares. O trabalho não remunerado, *sem valor*, poderia ser um tema difícil neste contexto.

Contudo, esta é apenas uma hipótese, e não ignoramos a possibilidade de que as próprias historiadoras feministas possam ter negligenciado a temática, reproduzindo a noção hegemônica de História. Ao menos desde os anos 1960, a ideia de que é possível acumular o trabalho remunerado com maternidade e cuidados, mesmo que o acúmulo destas tarefas conviva com a falta de direitos reprodutivos, como a criminalização do aborto ao longo de todo o século XX, foi largamente difundida. Esta reprodução de determinada noção hegemônica não seria proposital, deliberada, mas também não necessariamente realizada de modo estratégico. De toda forma, ainda que muitas vezes anunciada como uma suposição, a cisão entre casa e trabalho, a divisão de esferas,<sup>52</sup> se desdobrou também na escrita da história das mulheres e do trabalho, encobrendo ainda mais a experiência das pessoas que, todos os dias e há muito tempo, são produtoras da subsistência e que, não raro, fazem da casa o lugar de onde retiram seu sustento.

Retomando a questão colocada anteriormente, o importante é ressaltar que a história escrita sobre o trabalho doméstico não remunerado talvez seja uma história difusa, mas não exatamente invisível. Escondida, mas não ausente. O tema é citado com grande frequência na maior parte dos trabalhos clássicos da historiografia com enfoque na história

---

<sup>51</sup> SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 54, pp. 281-300, 2007.

<sup>52</sup> Trazemos algumas referências importantes sobre a questão da divisão de esferas. PATEMAN, Carole. Críticas Feministas à Dicotomia Público/Privado. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). *Teoria política feminista*. Vinhedo: Horizonte, 2013, p. 55-80. OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008. JELIN, Elizabeth. Familia y unidad doméstica. Mundo público y vida privada. CEDES (Estudios CEDES), Buenos Aires, 1984. YOUNG, Iris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Orgs.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. LAMOUREUX, Diane. Público/privado. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 208-213. No Brasil citamos PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, v.5, n. 28: 64-70, 1987 e a historiadora Pedro, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. *Diálogos*, 4(1), 33 – 39, 2000.

das mulheres.<sup>53</sup> O fato de não ter sido objeto privilegiado de pesquisa das historiadoras, enquanto foi de acadêmicas feministas de muitas outras áreas das Ciências Humanas, é a inquietação que buscamos aqui compartilhar.

A lacuna a respeito das apropriações por parte do saber histórico das problemáticas que cercam a reprodução da vida, apontada por esse artigo, é parcialmente remediada por pesquisas de outras áreas das Ciências Humanas que, em perspectiva histórica, abordam o trabalho não remunerado executado por mulheres. Os diálogos levantados por estas pesquisas têm muito a oferecer para o campo de estudo do trabalho das mulheres e para nossa compreensão destas questões no tempo. É nosso propósito, então, chamar a atenção para iniciativas que buscam não apenas deixar visível o tecido social que se calca nas atividades que as mulheres prestam à sociedade, mas também promover mudanças concretas no acesso a direitos fundamentais e cidadania das populações à margem do trabalho formal.

A História oferece amplas possibilidades, também, para pensarmos teoricamente o tempo das mulheres, caso nos dispusermos a dialogar com a vasta produção sobre o tempo que a disciplina nos fornece, como pudemos perceber em produções de colegas de outras disciplinas citadas neste artigo. Sem sombra de dúvida, apesar do passado invisibilizado, o debate sobre historicidade que nos instiga a integrar passado e presente<sup>54</sup> pode, neste sentido, nos orientar a um horizonte de expectativa com maior justiça e, portanto, mais promissor.

No Brasil de 2020, em meio a uma dura pandemia que ceifou centenas de milhares de vidas, quase metade das mulheres negras (48,2%), que estão ocupadas, recebiam até um salário-mínimo; 18% delas contava com renda mensal de meio salário-mínimo. Muitas dessas mulheres, se quer têm condições de procurar outros empregos, ou algum trabalho remunerado, porque estão responsáveis pelos cuidados de crianças ou pessoas doentes.<sup>55</sup> Retomando debates de pesquisas anteriores,<sup>56</sup> podemos observar de modo amplo como as invisibilidades e a desvalorização do trabalho doméstico não remunerado fortalecem e retroalimentam a desvalorização do serviço doméstico remunerado, com o agravamento, evidentemente, de questões de raça e classe. O caminho inverso também ocorre, a

---

<sup>53</sup> Podemos por exemplo conferir as referências reunidas na obra PINSKY, Carla e PEDRO, Joana. *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

<sup>54</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Op. cit. 2006 e HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Op. cit., 2014.

<sup>55</sup> PNAD-COVID, 2021. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/> Acesso em 28/06/2021.

<sup>56</sup> MELLO, Soraia Carolina de. *Trabalho doméstico*. Op. cit., 2011.

desvalorização do serviço doméstico está ligada à desvalorização do trabalho doméstico. Atividades prestadas sem custo algum à toda família, e realizadas em nome do amor (que identificamos como prescrições de gênero), quando remuneradas, são mal remuneradas. Muitas vezes, inclusive, quem paga por estes serviços são as mulheres da família. No sentido de não estarem *executando sua obrigação*, então, a transferência desta obrigação se torna sua responsabilidade (contratar, orientar, pagar).

Diante desta conjuntura, defendemos a posição de que o fortalecimento dos estudos sobre trabalho doméstico não remunerado oferece amplas possibilidades de construção de novos modelos: de trabalho, de economia e de cidadania. Pensar historicamente o trabalho doméstico não remunerado é também somar aos esforços para que este deixe de ser tratado como dado natural, e permitir que se interprete com elementos mais precisos o funcionamento de nossas sociedades e as formas de produção de riqueza destas.

Recebido em 27 de junho de 2021  
Aceito em 17 de setembro de 2021